

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – TEORIA DA SENTENÇA PENAL.....	23
1. Conceito e generalidades.....	23
2. Classificação.....	24
3. Requisitos	25
4. Relatório	27
5. Fundamentação	38
5.1. Questões preliminares e prejudiciais	39
5.2. Questões de mérito	45
5.2.1. A correlação com a ação penal	48
5.2.2. Denúncia e resposta à acusação.....	49
5.2.3. Queixa-crime	52
5.2.4. Vícios de fundamentação	55
5.2.5. Ônus da prova.....	56
5.2.6. Tecnicismo da motivação	57
5.2.7. Possibilidade de nova definição jurídica do fato (<i>emendatio libelli</i>).....	60
5.2.8. O Código de Processo Civil e a <i>emendatio libelli</i>	66
5.2.9. Motivação na sentença condenatória oriunda de julgamento pelo Tribunal do Júri.....	68
5.2.10. Modelo de redação para a parte de fundamentação na sentença penal condenatória	69
6. Parte dispositiva ou conclusiva.....	72
7. Parte autenticativa	78
 CAPÍTULO II – SISTEMA TRIFÁSICO DE DOSIMETRIA DA PENA.....	 81
1. A obrigatoriedade de fundamentação na fixação da pena.....	81
2. O exercício da discricionariedade judicial para a fixação da pena.....	82
3. O sistema vigente para a dosimetria da pena	84
4. Os princípios e fundamentos que norteiam o sistema trifásico de dosimetria da pena.....	85
5. Individualização da pena	86
5.1. Etapa legislativa	88

5.2. Etapa judicial.....	90
5.3. Etapa executória (ou administrativa)	92
5.3.1. Em que consiste o caráter ressocializador da pena? A execução penal como medida ratificadora da exclusão social	93
5.3.2. Princípios constitucionais correlatos ao da individualização da pena	95
6. Hierarquia das fases	97
7. Proporcionalidade.....	100
7.1. Proporcionalidade/Necessidade.....	101
7.2. Proporcionalidade/Adequação.....	102
7.3. Proporcionalidade/Ponderação.....	103
8. Notas conclusivas	104
CAPÍTULO III – CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS	107
1. Notas introdutórias.....	107
2. Circunstâncias judiciais.....	108
2.1. Culpabilidade.....	108
2.2. Antecedentes.....	122
2.3. Conduta social.....	146
2.4. Personalidade do agente.....	153
2.5. Motivos do crime	162
2.6. Circunstâncias do crime.....	167
2.7. Consequências do crime	177
2.8. Comportamento da vítima.....	187
CAPÍTULO IV – PENA-BASE.....	193
1. Necessidade de motivação das circunstâncias judiciais	193
2. Noções introdutórias para a fixação da pena-base	194
3. Revisitando os ensinamentos preliminares para a dosimetria da pena-base.....	221
4. Critérios para a dosimetria da pena-base	225
4.1. Critério de valoração das circunstâncias judiciais no patamar de 1/8	230
4.2. Critério de valoração das circunstâncias judiciais no patamar de 1/6	233
4.3. Critério de valoração das circunstâncias judiciais em patamar superior a 1/6.....	237
4.4. Critério de incidência do patamar de valoração eleito motivadamente pelo julgador	240
4.5. A motivação da eleição do patamar de valoração e do critério de incidência na sentença condenatória	246
5. Circunstância judicial do comportamento da vítima: (1) impossibilidade de valoração para exasperação da pena-base e (2) possibilidade de valoração para compensação com outro vetor negativedo (hipótese de exceção)	248
6. Circunstâncias judiciais com tratamento preponderante em lei penal especial	252

CAPÍTULO V – CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES	259
1. Noções preliminares	259
2. Circunstâncias atenuantes.....	262
2.1. Análise do artigo 65 do Código Penal.....	262
2.2. Análise do artigo 66 do Código Penal.....	276
3. Circunstâncias agravantes.....	277
3.1. Análise do artigo 61 do Código Penal.....	279
3.2. Análise do artigo 62 do Código Penal.....	302
4. Critérios para a dosimetria da pena provisória ou intermediária	304
5. Concurso entre circunstâncias atenuantes e agravantes	321
6. Crítica à Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça e a supremacia da confissão judicial formadora do convencimento do julgador	346
 CAPÍTULO VI – CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E AUMENTO DE PENA	 355
1. Causas de diminuição e aumento de pena.....	355
2. Circunstâncias qualificadoras.....	359
3. Concurso entre causas de diminuição ou de aumento de pena previstas na parte especial (artigo 68, parágrafo único, do Código Penal).....	365
4. Critério ideal para a dosimetria da pena definitiva.....	369
 CAPÍTULO VII – CONCURSO DE CRIMES.....	 377
1. Introdução.....	377
2. Concurso material ou real de crimes.....	379
3. Concurso formal ou ideal de crimes.....	382
4. Crime continuado ou continuidade delitiva.....	385
5. Critérios de aplicação da pena definitiva ao condenado nas espécies de concurso de crimes.....	388
6. Limite da pena privativa de liberdade na sentença penal condenatória	392
7. Aplicação da pena de multa nas espécies de concurso de crimes.....	394
 CAPÍTULO VIII – PENA DE MULTA	 399
1. Noções introdutórias	399
2. Critério ideal para a fixação da quantidade de dias-multa.....	401
3. Critério ideal para a fixação do valor unitário do dia-multa	413
4. Pena de multa substitutiva	417
5. Execução e pagamento da pena de multa	418

CAPÍTULO IX – REGIME PRISIONAL DE CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....	427
1. Pena privativa de liberdade.....	427
2. Espécies de regimes prisionais.....	428
2.1. Regime fechado	429
2.2. Regime semiaberto.....	433
2.3. Regime aberto.....	436
3. Critérios para a definição do regime prisional de cumprimento da pena privativa de liberdade.....	438
4. Cômputo do tempo de prisão provisória para fins de definição do regime prisional	453
5. Critério para a definição do regime prisional nos crimes hediondos e equiparados.....	460
6. Critério para a definição do regime prisional nas espécies de concurso de crimes.....	475
 CAPÍTULO X – SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.....	 481
1. Penas restritivas de direitos.....	481
1.1. Prestação pecuniária	483
1.2. Perda de bens e valores.....	485
1.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	486
1.4. Interdição temporária de direitos.....	487
1.5. Limitação de fim de semana	489
2. Requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade.....	490
3. Critérios alternativos para a escolha da forma de substituição da pena privativa de liberdade.....	494
4. Critérios legais para a substituição da pena privativa de liberdade.....	496
5. Substituição da pena privativa de liberdade em crimes hediondos e equiparados	506
6. Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	517
7. Modelos de redações para a sentença penal condenatória	518
 CAPÍTULO XI – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	 521
1. <i>Sursis</i> penal e processual	521
2. Requisitos para o <i>sursis</i> penal	522
3. <i>Sursis</i> simples ou comum	524
4. <i>Sursis</i> especial.....	524
5. <i>Sursis</i> etário	525
6. <i>Sursis</i> humanitário	525
7. Incidência do <i>sursis</i> penal	525

8. <i>Sursis</i> penal em crimes hediondos e equiparados.....	528
9. Audiência admonitória.....	530
10. Condições, causas de revogação e de prorrogação do período de prova.....	530
CAPÍTULO XII – DIREITO DE RECORRER.....	533
1. Considerações iniciais	533
2. Direito de recorrer: sentenciado que se encontra em liberdade plena ou irrestrita	536
3. Direito de recorrer: sentenciado que se encontra em liberdade restrita ou condicionada	542
4. Direito de recorrer: sentenciado que se encontra preso provisoriamente.....	547
5. Ensinamentos que não devem ser esquecidos para a definição na sentença condenatória do direito de recorrer do sentenciado	555
6. Direito de recorrer: sentenciado por crime hediondo e seus equiparados.....	557
7. Direito de recorrer: tratamento para os corréus	567
CAPÍTULO XIII – EFEITOS DA CONDENAÇÃO.....	569
1. Considerações iniciais	569
2. Efeitos automáticos ou genéricos da condenação.....	570
3. Efeitos não automáticos ou específicos da condenação	573
4. Efeitos automáticos da condenação decorrentes da prática do crime de feminicídio	580
5. Fixação do valor mínimo para a reparação dos danos causados pela infração penal.....	581
CAPÍTULO XIV – PROVIDÊNCIAS FINAIS.....	589
1. Comunicação da sentença ao ofendido.....	589
2. Custas processuais.....	590
3. Guia de execução ou de recolhimento.....	591
4. Efeitos políticos da condenação	593
5. Registro de antecedentes criminais.....	594
CAPÍTULO XV – MODELO-PADRÃO DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA PARA CONCURSOS	597
CAPÍTULO XVI – SENTENÇAS CONDENATÓRIAS EM CASOS CONCRETOS.....	623
1. Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido. Confissão qualificada. Justificativa não comprovada. Não reconhecimento da circunstância atenuante da confissão espontânea. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	624

2. Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido com numeração suprimida. Negativa de autoria. Alegação contrária a prova dos autos. Ausência de laudo pericial. Desclassificação do crime.....	628
3. Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido com numeração suprimida. Negativa de autoria. Alegação contrária a prova dos autos. Comprovação da numeração suprimida. Irrelevância da arma de fogo ser de uso permitido. Condenação nas penas do porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.....	632
4. Furto qualificado tentado pelo concurso de pessoas e praticado durante o repouso noturno. Revelia. Prova da materialidade e autoria. <i>Emendatio libelli</i> . Consumação. Exclusão da qualificadora e da causa de aumento de pena. Condenação pela prática de furto simples consumado.....	635
5. Furto qualificado. Antecedentes criminais comprovados. Confissão espontânea. Reconhecimento e valoração. Não incidência de circunstância atenuante inominada. Substituição da pena. Inviabilidade.....	638
6. Roubo. Concurso de pessoas e emprego de arma de fogo. Crime continuado. Confissão espontânea em juízo. Inaplicabilidade da Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça. Vítimas não encontradas nos endereços constantes dos autos. Valoração da prova judicial e extrajudicial. Aplicação do artigo 155 do Código de Processo Penal. Arma de fogo não apreendida. Exclusão da causa de aumento de pena referente ao emprego de arma de fogo. Julgamento anterior a entrada em vigor da Lei nº 13.654/2018 que alterou o artigo 157 do Código Penal	642
7. Roubo impróprio. Materialidade indireta. <i>Emendatio libelli</i> . Concurso de pessoas. Não reconhecimento da circunstância atenuante da menoridade. Condenação.....	652
8. Roubo. Concurso de pessoas e emprego de arma de fogo. Corrupção de menores. Concurso formal impróprio. Negativa de autoria. Alegação contrária à prova dos autos. Exclusão da causa de aumento de pena referente a arma de fogo. Inexistência de comprovação da potencialidade lesiva. Julgamento anterior a entrada em vigor da Lei nº 13.654/2018 que alterou o artigo 157 do Código Penal	657
9. Roubo. Exclusão da causa de aumento de pena referente ao emprego de arma. <i>Novatio legis in melius</i> . Não reconhecimento das circunstâncias atenuantes da menoridade e da confissão extrajudicial. Julgamento posterior a entrada em vigor da Lei nº 13.654/2018	662
10. Estelionato. Crime continuado e concurso material. Fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal. Inexistência de pedido inicial. Inaplicabilidade	667
11. Estupro e roubo com restrição da liberdade da vítima. Concurso material. Confissão espontânea. Inaplicabilidade da Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça. Exclusão da causa de aumento de pena da restrição da liberdade da vítima. Fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal. Inexistência de pedido inicial. Inaplicabilidade. Cômputo do período de prisão provisória. Regime prisional inalterado	673
12. Latrocínio. Negativa de autoria. Alegação contrária à prova dos autos. Prova emprestada. Admissibilidade. Julgamento anterior a entrada em vigor da Lei nº 13.654/2018 que alterou o artigo 157 § 3º do Código Penal	681

13. Extorsão mediante sequestro qualificada. Valoração da prova judicial e extrajudicial. Aplicação do artigo 155 do Código de Processo Penal. Conjunto probatório coerente e harmônico entre si. Condenação. Confissão judicial e extrajudicial. Inaplicabilidade da Súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça. Fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração penal. Inexistência de pedido inicial. Inaplicabilidade. Efeitos não automáticos da condenação. Incidência. Cômputo do período de prisão provisória. Regime prisional inalterado.....	687
14. Tortura. Lei nº 9.455/97. Negativa de autoria. Alegação do acusado em divergência com o conjunto probatório. Materialidade e autoria comprovadas. Reconhecimento da causa de aumento de pena do crime cometido contra criança e da circunstância agravante da reincidência. Inconstitucionalidade do regime inicialmente fechado previsto na lei penal especial. Definição do regime prisional com apoio nas regras do Código Penal. Reincidência. Regime inicial fechado.....	726
15. Tráfico de drogas. Lei nº 11.343/2006. Julgamento ocorrido em 2009. Declaração de inconstitucionalidade incidenter tantum do regime prisional previsto da Lei nº 8.072/90 e da vedação à substituição da pena prevista na Lei nº 11.343/2006. Regime prisional fixado de acordo com as regras do Código Penal. Regime aberto. Substituição da pena privativa de liberdade aplicada por restritiva de direitos. Reconhecimento da causa de diminuição de pena prevista no artigo 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006. Redução no patamar máximo.....	729
16. Tráfico de drogas. Lei nº 11.343/2006. Não incidência da causa de diminuição de pena prevista no artigo 33 § 4º da Lei de Drogas. Acusado preso. Manutenção da prisão. Inaplicabilidade da detração penal para fins de fixação do regime prisional.....	741
17. Tráfico de drogas. Lei nº 11.343/2006. Não incidência da causa de diminuição de pena prevista no artigo 33 § 4º da Lei de Drogas. Reconhecimento da circunstância agravante da reincidência (específica). Manutenção da prisão.....	747
18. Lesão corporal gravíssima. Alegação de nulidade pela ausência de interrogatório em juízo. Afastamento. Condenação. Impossibilidade de fixação do valor mínimo de reparação dos danos causados pela infração penal.....	752
19. Lesão corporal grave. Três acusados e três vítimas. Julgamento parcialmente procedente do pedido inicial. Comando múltiplo na parte dispositiva da sentença. Aplicabilidade do artigo 155 do Código de Processo Penal. Impossibilidade de fixação do valor mínimo de reparação dos danos causados pela infração penal. Aplicação do <i>sursis</i> penal.....	758
20. Latrocínio tentado. Sentença dividida em capítulos. Incidência do artigo 155 do Código de Processo Penal. Reconhecimento da coautoria e da circunstância atenuante da confissão extrajudicial. Inaplicabilidade da Súmula 231 do STJ. Manutenção da prisão. Negativa ao direito de recorrer em liberdade. Julgamento anterior a entrada em vigor da Lei nº 13.654/2018 que alterou o artigo 157 § 3º do Código Penal.....	769
21. Latrocínio consumado. Gravidade em concreto do crime. Fundamentação dos vetores negativados com valores diferenciados. Concurso de atenuante e agravantes.....	790
22. Acordo de não persecução penal. Inexistência de confissão formal e circunstanciada na fase de investigação. Artigo 28-a do CPP. Inclusão promovida pelo Pacote Anticrime (Lei nº 13.964/2019). Rejeição da denúncia.....	806
23. Estelionato. Ilícito civil. Rejeição da denúncia.....	810

24. Prisão preventiva. Pandemia causada pela Covid-19. Necessidade de revisão da prisão a cada 90 dias. Art. 316, parágrafo único do CPP. Inclusão promovida pelo Pacote Anti-crime (Lei nº 13.964/2019). Decisão pela manutenção da prisão preventiva	811
25. Roubo. Inexistência de descrição da grave ameaça. Desclassificação. Incidência do princípio da insignificância. Rejeição da denúncia.....	813
CONSULTAS BIBLIOGRÁFICAS.....	815